# DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 10810/2016

| | |
|---|---|
| **PROCESSO TC/MS** | : TC/9218/2013 |
| **PROTOCOLO** | : 1419362 |
| **ÓRGÃO** | : PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE |
| **RESPONSÁVEL** | : RICARDO TREFZGER BALLOCK |
| **CARGO DO RESPONSÁVEL** | : SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO |
| **ASSUNTO** | : CONCESSÃO - APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA |
| **INTERESSADO** | : LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA |
| **CARGO** | : AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL |
| **RELATOR** | : CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO |

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.**

## DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, ao servidor Luiz Carlos de Oliveira, Matrícula n. 63894/05, Classe H, Referência III, ocupante do cargo efetivo de auditor fiscal da receita municipal, pertencente ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS, lotada na Secretaria Municipal da Receita, constando como responsável o Sr. Ricardo Trefzger Ballock, secretário municipal de administração à época.

A Inspetoria de Controle de Atos de Pessoal (ICEAP) por meio da Análise ANC-7ICE-11253/2013, manifestou-se pelo registro da aposentadoria em comento.

O Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR – MPC – GAB. 7. DR. JAC – 3411/2014, corroborando o entendimento da análise técnica.

## DA DECISÃO

A documentação relativa à concessão apresentou-se completa, e sua remessa a este Tribunal foi tempestiva, conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção II, 1.5, da Instrução Normativa TC/MS n. 38/2012.

A aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, ora apreciada, foi concedida por meio do Decreto “PE” n. 632, de 15/4/2013, publicado no Diogrande o n. 3.746, de 16/4/2013, com fulcro no art. 7º, da Emenda Constitucional n. 41/2003, c/c o art. 3º, da

Emenda Constitucional n. 47/2005, c/c o art. 24, I, “c”, c/c o art. 66 e art. 67, todos da Lei Complementar n. 191/2011.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da aposentadoria voluntária atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, “a”, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** da concessão de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, ao servidor Luiz Carlos de Oliveira, Matrícula n. 63894/05, Classe H, Referência III, ocupante do cargo efetivo de auditor fiscal da receita municipal, pertencente ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS, lotada na Secretaria Municipal da Receita, em razão de sua legalidade, com fulcro no art. 34, II, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I, e o art. 173, I, “b”, ambos do RITC/MS;

**2**. pela **intimação** do resultado do julgamento aos interessados, conforme o disposto no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 17 de novembro de 2016.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

dncs